



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17520 - Painel Temático - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

Painel Temático

RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL

Liliane Bordignon de Souza - UNITAU - UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL

Adriana Tolentino de Sousa (Fundação Carlos Chagas)

José dos Santos Souza (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)

Rosemeire dos Santos Brito (Universidade Federal do Espírito Santo)

Liliane Bordignon de Souza (coordenadora) (Universidade Estadual de Campinas/Fundação Carlos Chagas)

Thaís Gava (debatedora) (Fundação Carlos Chagas)

Resumo síntese: O objetivo do painel temático é promover um debate sobre as relações de gênero, raça e classe social na formação para o trabalho no Brasil, nos últimos dez anos (2014-2024). Qual o lugar reservado às mulheres, às pessoas negras e à classe trabalhadora em diferentes modalidades e níveis de ensino (médio, técnico e superior)? A intenção é problematizar as presenças e ausências desses grupos em cursos e em instituições escolares de nível médio e superior, comumente “reservados às elites brasileiras”, em uma perspectiva crítica. Os expositores analisarão políticas públicas relacionadas à formação para o trabalho, bem como os modos de enfrentamento às desigualdades construídas no interior das instituições. Com isso, a intenção é evidenciar diferentes trajetórias de formação e profissionalização, que demonstram as estratégias e resistências desses grupos aos determinantes sociais impostos pela dinâmica de exploração do trabalho no capitalismo neoliberal na contemporaneidade. Assim, serão colocadas em questão as estruturas de

dominação-exploração de gênero, raça e classe social na particularidade do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: trabalho; formação; gênero; raça; classe social.

Título: Facas de manutenção da estrutura racial brasileira na formação educacional de mulheres negras em graduações de áreas do trabalho elitizado.

Adriana Tolentino de Sousa (Fundação Carlos Chagas)

Resumo: Nas experiências de mulheres negras em graduações de áreas elitizadas (direito, engenharias, medicina) se manifestam os modos como raça estrutura centralmente a desigualdades em sua operação entrecruzada com as de gênero e de classe no Brasil. Neste contexto, discuto as experiências de mulheres negras em graduações do campo do direito, engenharias, medicina como potentes para enxergar nuances atuais da questão racial em espaços que se colocam como democráticos – ou, ao menos, abertos ao reconhecimento do mérito – e apartados da operacionalização da desigualdade racial brasileira, como as instituições de ensino superior. Trata-se, portanto, de questionar também o perfil racial e de gênero, assim como a possível existência de fissuras em áreas que, desde o processo de regulação ocorrido no final do século XIX, têm sido conduzidas por elites sociais e econômicas do país como forma de controlar os acessos, bem como reorganizar a esfera de acumulação econômica e de status no país (COELHO, 1999). Reconheço que, com os processos de transformação do ensino superior no Brasil e com as mudanças no mundo do trabalho, houve grandes alterações nas áreas do direito, engenharia e medicina. Mas, ainda assim, entendo que é possível pensá-las como sendo espaços elitizados por sua construção histórica no país e pelas marcas de lugar de prestígio que ainda resistem no imaginário social. Deste modo, analiso nas experiências de graduação de mulheres negras nessas áreas as disputas do seu lugar social que revelam alterações dos modos como racismo se manifesta para manutenção da matriz de dominação racial no âmbito do enquadramento que dificulta o acesso e invisibiliza a atuação de mulheres negras nos trânsitos entre graduação e mercado de trabalho em áreas ainda consideradas elitizadas no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres negras; graduação e mercado de trabalho; áreas elitizadas.

Título: Elementos estruturantes da hegemonia burguesa na política de Educação Profissional e Tecnológica brasileira

José dos Santos Souza (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)

Resumo: As transformações desencadeadas a partir dos anos 1970 no mundo do trabalho e da produção, bem como nas relações de poder na sociedade, que se estendem até nossos dias, são a expressão concreta da crise orgânica do capital. Nesse contexto, verifica-se a propagação de nova cultura de flexibilização do trabalho e enxugamento da produção, articulada à reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classe. Esses elementos instituem a ofensiva da burguesia para recompor suas bases de acumulação e conduzir o sistema produtor de mercadorias à nova regularidade. No Brasil, as ações formulações do empresariado e do Estado para ajustar a gestão da Educação Básica, da Educação Superior e da Educação Profissional, bem como ajustar seus currículos e suas práticas pedagógicas visam atender demandas de formação de um novo tipo humano, mais afinado com o modelo de desenvolvimento enxuto e flexível do capital. O problema em foco consiste na evidência

de renovação da perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana, agora amparada nas ideologias do empreendedorismo da empregabilidade e da sustentabilidade. Essa renovação visa a mediação do conflito de classes no campo educacional e, assim, construir o consenso necessário à manutenção da hegemonia burguesa na política educacional brasileira. O objeto de nossa análise é a política de ampliação e diversificação da educação profissional e tecnológica do país. Nosso objetivo é analisar as lutas sociais expressas em ações e formulações de aparelhos privados de hegemonia na sociedade brasileira, a partir dos anos 2000, a fim de explicitar o confronto entre as forças políticas mobilizadas para a renovação da perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana e as forças contra-hegemônicas em luta pela perspectiva de formação humana unitária, politécnica e omnilateral. Nesse aspecto, apontamos a Educação Terciária como concreticidade da perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana presente nas formulações e ações do empresariado e do Estado brasileiro. Essa perspectiva de formação humana tem sido renovada, a fim de garantir as condições objetivas e subjetivas de manutenção da hegemonia burguesa no campo educacional, em um contexto marcado pelo desemprego estrutural e pela precariedade do trabalho. Trata-se de uma formação interessada de novo tipo, mercantilizada, para formar trabalhadores/cidadãos de novo tipo e, assim, atender demandas do modelo de desenvolvimento enxuto e flexível, embora tão pragmática e tão imediatista quanto era em estágios anteriores do desenvolvimento do capital.

Palavras-chave: educação; trabalho; formação humana.

Título: A importância da temática de gênero e diversidade sexual na educação profissional: desafios e perspectivas da promoção de formação humana integral em contexto de retrocessos sociais e austeridade fiscal

Rosemeire dos Santos Brito (Universidade Federal do Espírito Santo)

O ano de 2014 foi marcado pela promulgação do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), sem vetos presidenciais, como resultado do consenso possível entre setores progressistas e conservadores no Parlamento. O projeto de PNE apresentado ao Congresso Nacional contemplava as deliberações da Conae/2014 sobre relações de gênero e diversidade sexual, fruto do amplo diálogo das delegações com os movimentos sociais feministas e LGBTQIAPN+, assim como entidades da sociedade civil; como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e organizações não governamentais com forte atuação nesse campo e, de semelhante modo, com pesquisadores/as da área que se dedicam há décadas na produção de conhecimento científico sobre esses temas. Todavia, houve forte resistência da bancada conservadora no sentido de interpretar toda e qualquer demanda dessa natureza como produtora do que denominavam como promoção da *ideologia de gênero* na educação. Contudo, apesar dessa resistência, o PNE aprovado contemplou diretrizes voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e valorização da diversidade sexual que nos constitui enquanto sociedade, o que implica na promoção de formação humana integral em todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional, inclusive na educação profissional. O golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016, possibilitou tirar da presidência uma presidenta legitimamente eleita pelo voto popular e, sobretudo, avançar com uma feroz agenda de retrocessos sociais que não fora referendada nas urnas. Destacam-se a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que instituiu o congelamento de investimentos sociais por duas décadas, a contrarreforma do ensino médio (Lei 13.416/2017), a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e a contrarreforma da previdência (Emenda Constitucional 103/2019), já no governo Bolsonaro. A educação nacional foi submetida aos

ditames de rigorosa austeridade fiscal, que minou as possibilidades de atendimento do PNE, impossibilitando à promoção de formação plena, cidadã, crítica, autônoma para as juventudes periféricas, trabalhadoras, negras e LGBTQIAPN+, especialmente na etapa final da educação básica. A flexibilização curricular promovida pela contrarreforma do ensino médio acentuou desigualdades educacionais regionais e contribuiu para a consolidação de trajetórias escolares estratificadas, em especial no itinerário formativo profissional, haja vista o fato de poder ser ofertado em condições muito mais precárias que os demais. Compreende-se que os pilares de sustentação da contrarreforma do ensino médio foram mantidos na recente revisão, por meio da Lei 14.945/2024, sobretudo no que se refere à precariedade que pode caracterizar a oferta do itinerário formativo profissional. Por tais razões, problematizamos de forma crítica a urgente necessidade de manutenção da agenda de revogação do Novo Ensino Médio. E no tocante à educação profissional, privilegiando a oferta do ensino médio integrado, com garantia de ampliação da carga horária de formação geral. Esse debate se faz ainda mais necessário no atual contexto de tramitação de um novo PNE, na medida em as deliberações da Conae 2024, trazem à tona novamente a importância de diminuir desigualdades educacionais baseadas no pertencimento de gênero, assim como destaca-se a importância da promoção de uma educação que contemple as questões de gênero e diversidade sexual, de forma a promover formação ampla que permita a construção de uma sociedade mais inclusiva, socialmente justa e capaz de respeitar/valorizar a todos/as.

Palavras-chave: contrarreforma do ensino médio; formação profissional; formação humana integral; gênero; diversidade sexual.